

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA 30 DE JUNHO DE 2011.**

No dia trinta de Junho de dois mil e onze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paulo Ramalheira Teixeira, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e José Manuel Moreira de Carvalho. ***

Secretariou a reunião o responsável pela Coordenação da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta. ***

Eram dez horas e quarenta e dois minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. ***

Faltaram por motivo justificado os Vereadores Rui César Castro e Judite Manuela de Castro Rocha Quintas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ***

O Sr. Presidente deu início à reunião justificando a falta da Dra. Judite Quintas por motivos profissionais. ***

De seguida, convidou todos os presentes a participarem na cerimónia de abertura da XIV Feira do Vinho Verde, do Lavrador, da Gastronomia e Artesanato, que tem como convidado o Exmo. Sr. Embaixador de França, Dr. Pascal Teixeira. Espera que o evento seja um grande sucesso para todos os intervenientes. ***

Felicitou o Grupo Cénico de Bairros pelas duas peças de teatro de grande qualidade que apresentou na freguesia de Bairros. Deu os parabéns pelo trabalho que um grupo de jovens, em torno do Sr. José Correia, fez no sentido de fazerem do teatro uma grande manifestação cultural naquela freguesia. ***

Deu nota que, a convite da Associação de Combatentes do Ultramar, estiveram presentes no IX aniversário desta Associação. ***

Agradeceu os convires recebidos para assistir a vários Saraus, tendo estado presente no Sarau do Agrupamento Vertical de Escolas de

Castelo de Paiva, juntamente com a Pergaminho, o mesmo acontecendo com os Saraus que se realizaram no Couto Mineiro do Pejão, o Sarau do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, do Centro Paroquial de Sobrado. ***

Agradeceu ainda os vários convites de estabelecimentos de ensino para participar nas festas de final de ano, às quais não pôde assistir. Salientou a presença em Castelo de Paiva da Association Sportive Portugais des Feyzin. Momento importante de confraternização com o Sporting Clube Paivense. ***

Agradeceu o amável convite enviado pelo casal Eng. Guedes da Costa e Ana Maria Crava, para a apresentação dos vinhos da “Casa de Algar”, em Santa Maria de Sardoura. ***

Salientou o sucesso que o S. João de Castelo de Paiva obteve. Foi um S. João à moda antiga, com o Largo do Conde cheio de pessoas entusiasmadas. ***

Agradeceu aos funcionários municipais e Vereadores pelo trabalho desenvolvido, tendo pedido ao Vereador José Manuel Carvalho que fizesse um balanço sobre o que foi a política de contenção do executivo relativamente ao investimento que foi feito, e que, mesmo assim, possibilitou um S. João em grande. ***

Deu igualmente nota que se procedeu ao cancelamento da revisão orçamental que estava em curso, face à votação verificada na última Assembleia Municipal. Referiu que irá avançar com nova proposta de revisão, no sentido de ultrapassar este impasse que está a causar dificuldades ao funcionamento da Câmara Municipal. ***

Disse ainda que iria convocar uma reunião de Câmara extraordinária para submeter uma nova proposta de revisão, e depois iria solicitar o agendamento de uma sessão extraordinária de Assembleia Municipal para submeter essa mesma proposta a aprovação, e ultrapassar esta situação de impasse que se vive na Câmara Municipal. ***

Finalizou a sua intervenção dando conta de que tinha trazido os elementos solicitados pelo Dr. Paulo Teixeira referentes ao edifício “Belavista”. ***

Deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir. ***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para se congratular com a forma como decorreu o S. João em Castelo de Paiva. Reiterou o agradecimento aos funcionários da Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido, quer na preparação da festa, quer nos dias subsequentes ao seu término. ***

Salientou o sucesso das marchas de S. João, uma tradição de muitos anos que mais uma vez abrilhantou o nosso S. João, realçando também as marchas infantis em que cerca de mil crianças desfilaram no Largo do Conde. ***

Relativamente à política de contenção de custos referida pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que apesar de o S. João coincidir com um dia feriado, o que fez com que tivéssemos cinco dias de festa, foi possível mais uma vez reduzir os custos do evento. No ano passado reduziu-se em cerca de € 10.000,00, e este ano reduziram em mais de € 16.000,00., e que isto só é possível através de uma política de verdade e de negociação com os fornecedores. ***

Concluindo este assunto, disse que foi um S. João em grande tanto para os Paivenses, como para quem veio de fora para nos visitar. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para solicitar ao Vereador José Manuel Carvalho, o mapa que lhe permitiu afirmar que tem havido redução de custos na organização da festa de S. João. De seguida, justificou a falta do Vereador Rui César Castro por motivos profissionais. ***

Saudou a continuidade do Protocolo com a Universidade do Porto. Recordou que em 2008/2009, recebeu a Dra. Maria de Lurdes Correia Fernandes, Vice-Reitora da Universidade do Porto, para celebração do Protocolo da Universidade de Verão. Nessa primeira edição da Universidade de Verão, disse, proporcionaram um passeio no Douro aos participantes e é com satisfação que vê este Protocolo ser renovado. ***

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Caetano, investidor no concelho de Castelo de Paiva, sendo o proprietário do Hotel Rural Casa de S. Pedro. Lamentou não ter visto nenhum membro do executivo em permanência presente no funeral. ***

Relativamente aos documentos que lhe foram entregues pelo Sr. Presidente da Câmara, referiu que dos mesmos fazem parte as folhas que tinha solicitado referentes ao processo nº. 101/96, mas enviou mais três requerimentos em que pedia para consultar o processo de contra – ordenação resultante do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2011.05.20; o processo 115/08 e 73/08 registados em nome de Isaías de Paiva Vieira e da empresa “Fialpa”; os processos que vieram à ultima reunião de Câmara nos despachos proferidos em uso da competência delegada; os processos referentes à Rua Emídio Navarro, Av. General Humberto Delgado e Rua dos Bombeiros. ***

Conforme indicação do Sr. Presidente da Câmara, disse, fez o pedido por escrito e aguarda que lhe seja indicado um dia para vir consultar esses processos. ***

Perguntou se os documentos requeridos há mais de um ano pelo Vereador Rui César, referentes ao novo acesso à Vila de Sobrado, já estão disponíveis? ***

Sobre a questão que levantou há cerca de um ano relativa à colocação de uma rede junto à rotunda da Cruz da Carreira, e sobre a qual o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que estava a ser elaborado um relatório, gostava de saber se esse relatório já está pronto e quais as conclusões? ***

Relativamente à última Assembleia Municipal, disse ter-lhe parecido ouvir, e o Sr. Presidente da Câmara poderá confirmar, que estaria a ter lucro com a água. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que confirmasse esta afirmação, e a ser verdade, que lhe fornecesse os números em sede de reunião de Câmara, agendando um ponto para o efeito. ***

Perguntou ao Sr. Vice – Presidente da Câmara se sabia qual o ponto de situação do concurso da ETAR de fornos? ***

Fez referência a uma enorme fuga de água que dura há mais de um mês e uma semana, em que a água corre sobre numa estrada municipal 24 sobre 24 horas, em Linhares, Santa Maria de Sardoura. Trata-se de uma situação que urge resolver. ***

Saudou a eleição da Professora Beatriz Silva para a direcção do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva. ***

Mencionou que esteve presente no Tribunal em Castelo de Paiva onde decorreu a Assembleia de Credores da empresa “Cerne – Indústria de Mobiliário S.A.” ***

Perguntou se esteve alguém da Câmara presente, e se a mesma é credora da empresa? ***

Disse ainda que se falou no Tribunal na rescisão de contrato com 72 trabalhadores, o que é muito negativo para o nosso concelho. Espera que esta situação não se confirme, e disse agradecer que o Sr. Presidente da Câmara analisasse esta questão no plano jurídico. ***

Relativamente ao parecer jurídico solicitado ao Dr. Ângelo Campelo de Sousa a propósito do edifício “Jopavera”, na Av. General Humberto Delgado, referiu que existem prestadores de serviço na Câmara Municipal, alguns dos quais a quem foi pedido que apresentassem o recibo verde apenas em 2011, que ainda não receberam. No entanto, disse, o Dr. Ângelo Campelo de Sousa entregou o recibo, no montante de € 2.791,00, em 2011.04.07 e recebeu em 2011.04.21, quando existem prestadores de serviço da mesma área que ainda não receberam. ***

Perguntou o porquê desta dualidade de critérios? ***

Finalizou a sua intervenção falando de um assunto que disse interessar aos Paivenses, ao País, e acima de tudo às finanças do País que estão muito mal, e para tal, leu um texto que escreveu sobre o assunto, e que a seguir se reproduz: ***

- “A antiga EN 222-1 entre Greire e a Cruz da Carreira, a EN 224 de Greire à Ponte, a Variante à EN 222 e a EM 504 entre a Cruz da Carreira e a Ponte do Arda estão a ficar destruídas conforme ilustram as fotos que aqui tenho. Há cerca de um ano começou a ser invadida por camiões e camiões de 19 toneladas carregados de inertes provenientes de Alpendorada. ***

Alguns dos camiões trabalham 24 sobre 24 horas. ***

Se forem para a Cruz da Carreira das 8h45 até às 9h15m e vêem passar 15 camiões, são mais de 100 camiões por dia. ***

Falo-lhe também da Segurança Rodoviária quando eles passam no Centro de Sardoura ou na Cruz da Carreira são um perigo face à velocidade com que vão. ***

Sr. Presidente o que já foi feito para responder a estas questões? ***

É um escândalo o que esta semana descobri. ***

A concessão do Douro Litoral foi efectuada para um período de 27 anos, compreende um total de 76,2 km, sendo constituída por 3 auto estradas, A43, A41 e a A32. ***

Foi adjudicada em Dezembro de 2007 e a sua estrutura accionista é composta pela BRISA (45%), Teixeira Duarte (18%), Alves Ribeiro (12,3%), Construtora do Tâmega (12,3%), e a ZAGOPE com 12,3%.

E agora prestem bem atenção: ***

A AEDL – Auto Estradas do Douro Litoral, SA tem um capital social de 50.000 euros, tem a sede na Rua da Boavista, nº 22, 1º C, em Castelo de Paiva, está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo de Paiva e tem o número de pessoa colectiva 507 027 140.

Cobra portagens de 0,50 cêntimos, exemplo Espinho até Sandim, mas superior a 2,85 se formos até ao Porto. ***

O investimento desta empresa foi superior a 325,2 milhões de euros só no nó de Ermida até ao Picoto (33 km), a A32 terá 34,7 km e na sua totalidade estas 3 vias passam nos concelhos de Paredes, Valongo, Gaia, Gondomar, Santa Maria da Feira, S.J. Madeira e Oliveira de Azeméis. ***

A nova ponte sobre o Douro entre Lever e as Medas custou 35 milhões de euros. ***

Só um dos terrenos com pouco mais de 2000 m2 e zona de pinhal foi expropriado em mais de 500 mil euros. Um escândalo. ***

Quem tutelou as estradas de Portugal, quem tutelou nos últimos anos a Secretaria de Estado das Obras Públicas bem que podia ter olhado um pouco mais para Castelo de Paiva. ***

São cerca de 8 km de Canedo a Lavagueiras ... porque não incluíram este troço na Concessão? ***

Porque decidiram omitir ou não fazer um plano rodoviário como obriga a lei? ***

Relembro que neste tipo de obras tem de ser feito um plano rodoviário da obra como manda a legislação em vigor, inclusivamente obriga à fixação de um edital depois de ouvidos os municípios por onde os transportes passem. ***

Porque é que não nos dão a garantia que as nossas estradas, nacionais e municipais vão ser reparadas quando acabar este corrupio de camiões lá para Setembro de 2011? ***

Alguém que me explique porque decidiram colocar a sede da empresa concessionária em Castelo de Paiva e não em nenhum dos concelhos por onde passam a A41, a A43 e A32? Será que não foi para fugirem ao pagamento da DERRAMA nestes concelhos? ***

Porque é que na sede em Castelo de Paiva nem uma secretária, nem um telefone, nem uma cadeira, nem uma mesa têm? ***

Porque será que no site na Internet o telefone e fax da empresa é em Lisboa? Passo a citar o telefone é o 217912300 e o fax é o 217941120. ***

Porque será que só cá vêm buscar o correio? ***

Estamos perante um escândalo nacional e uma fuga aos impostos, que no nosso caso muito poderiam ajudar os cofres municipais. ***

O Executivo em permanência tem que denunciar esta situação, eu como Vereador estou a fazê-lo já hoje ao principal responsável do concelho. ***

A partir de hoje não podemos ficar parados e temos de actuar rapidamente senão quando as nossas estradas estiveram destruídas por esta obra não vamos ter dinheiro para a reparar e a concessionária nessa altura já mudou a sede de Castelo de Paiva para outro concelho.”***

Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara ter-lhe permitido gastar tanto tempo neste assunto, no entanto, considerou ser uma matéria muito importante que merecia ser abordada na reunião de Câmara. ***

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para partilhar com o Sr. Presidente da Câmara a satisfação pelo reinício da actividade do Grupo Cénico de Bairros, tendo felicitado as pessoas que trabalharam para reavivar o teatro em Castelo de Paiva. ***

Deu um voto de felicitação pela forma como decorreu o S. João, tendo-se associado aos parabéns dados aos funcionários municipais pelo trabalho efectuado durante os cinco dias de festa. ***

Relativamente à Feira do Vinho Verde, disse que o evento teve a sua primeira realização em 1998, tendo saudado quem teve a ideia, quem a manteve, e quem a manterá ao longo dos anos. É um certame extraordinário que deve ser aproveitado para promover o que temos de bom em Castelo de Paiva. ***

Deu nota que no dia 26 de Junho assistiu às cerimónias que decorreram em S. Pedro do Paraíso, de inauguração das obras na igreja e no espaço envolvente. Tratou-se de um esforço de todos os que quiseram colaborar com a Paróquia, do seu Padre, e da Junta de Freguesia. ***

Deu os parabéns a toda a população do Paraíso, e a toda a população do concelho que colaborou, ao Sr. Padre Cunha, ao Presidente da Junta de Freguesia e a todos os anónimos que deram a sua contribuição para a realização das obras. ***

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para, em relação às obras na igreja em S. Pedro do Paraíso, referir que a Câmara, ao nível do projecto, e com o fornecimento de alguns materiais, também deu a sua contribuição na realização daquela intervenção. ***

Sobre as questões que foram colocadas pelo Vereador Paulo Teixeira, disse que em relação aos mapas com os custos do S. João, os mesmos seriam disponibilizados pelo Vereador José Manuel Carvalho. ***

Mencionou que no dia anterior tinha sido assinado o Protocolo com a Universidade do Porto, para se promover a Universidade de Verão em Castelo de Paiva. Trata-se de um Protocolo importante para proporcionar aos Paivenses o acesso a este tipo de iniciativas, e de participar num curso com qualidade e com elevado nível de competência.

Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Caetano, prestigiado empresário do nosso País. Referiu que a nossa comunicação social nacional abordou a situação de forma muito leve em comparação com outras notícias. ***

Deu nota ao Vereador Paulo Teixeira que, em relação aos requerimentos que apresentou, deu ordens ao seu secretário para lhe transmitir, através de e-mail, a disponibilidade para acertar uma data para consulta dos processos, e que seria na semana seguinte à data da presente reunião de Câmara. ***

Relativamente ao Novo Acesso à Vila de Sobrado, e ao relatório da Cruz da Carreira, disse não ter elementos para responder às questões, indo no entanto tentar obtê-los. ***

Quanto à questão do lucro com a água, respondeu que quando se fala em lucro, fala em relação ao montante pago relativamente à receita arrecadada. Disse que é evidente que há custos de funcionamento associados que são inevitáveis e indispensáveis para o funcionamento do serviço. ***

O que acontecia anteriormente, disse, é que nem a receita que se arrecadava dos Munícipes era suficiente para pagar o montante que era cobrado pela empresa “Adp – Águas do Douro & Paiva, S.A.”. Houve um aumento substancial da receita de cerca de € 72.000,00, relativamente ao ano anterior, o que é bastante relevante. ***

No que concerne à ETAR de Fornos, o Sr. Vice – Presidente da Câmara respondeu que está a decorrer o concurso, e que a abertura de propostas é no próximo dia 4 de Agosto. ***

Relativamente à ruptura de água em Linhares, disse que o Sr. Vice – Presidente da Câmara iria acompanhar a situação. Referiu que haverá sempre uma ou outra situação que pode acontecer, ou por falta de comunicação, ou por falta de condições dos serviços, que impossibilitem uma intervenção imediata, tendo no entanto salientado o enorme esforço do Sr. Vice – Presidente, e da equipa da Câmara Municipal, que tem trabalhado neste serviço. ***

Em comparação com os últimos anos, referiu, houve uma grande mudança na actuação dos serviços nesta área, e que os Paivenses já notaram essa diferença. ***

Saudou igualmente a nova directora do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, a Professora Beatriz Silva. ***

Quanto à questão da “Cerne – Indústria de Mobiliário, S.A.”, disse estarem a acompanhar a situação, e que o que o Vereador Paulo Teixeira questionou será objecto de análise por parte do jurista da Câmara Municipal. A empresa atravessa uma situação difícil há já vários anos, e que temem sempre que a situação se agrave. ***

Disse que tem havido contactos com o Sr. Joaquim Rocha, responsável da empresa, que também vai solicitando à Câmara ajuda em algumas matérias que, na medida do possível, têm procurado ajudar a solucionar. ***

Em relação ao parecer jurídico do edifício da empresa “Jopavera”, disse que comparado com outros montantes que caíram na Câmara Municipal quando cá chegaram, este montante é um valor residual face aos valores já pagos por pareceres jurídicos, ou prestação de serviços jurídicos, prestados à Câmara Municipal. Há algumas situações a regularizar, algumas delas que se prendem com a obra da EN 222-1, que antes de passar para a alçada da Câmara foi objecto de uma intervenção por parte das “Estradas de Portugal”, em que o empreiteiro foi para tribunal e o advogado que defendeu a Câmara Municipal apresentou honorários de cerca de € 20.000,00, sendo um dos casos que quer regularizar a curto prazo. ***

Disse que gostaria de pagar menos, mas o trabalho em questão é um trabalho de exigência, em que se lida com matérias sensíveis, não se podendo descurar um processo desta natureza. Relembrou que no passado houve uma assessoria jurídica na Câmara Municipal de € 1.500,00 por mês, pelo que, o valor cobrado está ajustado ao tipo de trabalho efectuado. ***

Relativamente ao escândalo com a empresa que tem a sede em Castelo de Paiva, referiu que desconhecia o caso. Não sabe qual foi a razão principal de sediar a empresa no concelho, podendo eventualmente prender-se com a questão da Derrama, cuja deliberação de não ser cobrada se prende com a necessidade de se atrair investimento para Castelo de Paiva. ***

Disse ser um caso que deve suscitar uma reflexão sobre a forma como se aplica a Derrama, porque é evidente que uma empresa desta

natureza vai arrecadar receitas avultadas e que, se houver a oportunidade de cobrar este imposto, é uma forma de aumentar as receitas do Município. ***

Quanto à passagem dos camiões, disse que as estradas são públicas, e que no caso em concreto da EN 222-1, a mesma já antes apresentava sinais de degradação profunda face à intervenção que foi feita, e que na sua opinião, foi de fraca qualidade. A caução está preparada para ser accionada para garantir a rectificação dos problemas que estão assinalados. Disse ainda, que travar a passagem de camiões naquele local é uma questão muito discutível, mas não deixa de ser uma oportunidade para reivindicar investimento e melhoria naquela estrada. ***

O facto de não estarem incluídos nesta intervenção da A32 os 6 Km que são necessários para o Município, é uma situação que o deixa incrédulo, porque sem este investimento, o concelho fica sem a força necessária para conseguir inverter o rumo da crise que se abate sobre o País e o concelho. É pena, continuou, que não haja sequer um projecto definido para aquele traçado para neste momento se avançar para a frente. ***

Disse que Castelo de Paiva não tem sido tratado com a atenção e equidade necessária, porque continuamos a não ter uma entrada e saída no concelho em condições. Temos boas acessibilidades internas, mas a ligação aos grandes eixos rodoviários ainda não aconteceu, e essa ligação é essencial para atrair e manter investimento em Castelo de Paiva. Disse que se vai bater por ela, e que vai abordar o tema com os novos governantes. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para, em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, referir que o projecto de Lavagueiras à Corga do Lobão existe, em termos de estudo prévio já existe. Existe o mesmo documento que permitiu às “Estradas de Portugal” fazer a Variante entre a Cruz da Carreira e Pedorido. Disse que quando o Sr. Presidente da Câmara se quiser sentar a uma mesa para saber exactamente o que se passa com este processo, e onde ele está, que está disponível para isso. ***

Quanto à Derrama, quis reforçar aquilo que disse o Sr. Presidente da Câmara. Uma coisa são empresas que criam postos de trabalho e constituem mais valias para o concelho, outra coisa, são empresas que fazem este tipo de jogos. É defensor da isenção da Derrama para empresas que criam emprego em Castelo de Paiva, e não para este tipo de empresas, e pensa que foi isso que o Sr. Presidente da Câmara quis dizer. ***

No que concerne à questão dos advogados, disse que quando contratam um advogado, seja a título particular, seja ao nível de empresas, seja ao nível da Câmara Municipal, não se sabe as horas que eles vão trabalhar no assunto. Disse que no entanto, neste caso já sabe, porque se está a falar em 180 horas, se trabalhar 8 horas por dia dá 20 dias. No outro caso que o Sr. Presidente da Câmara falou sobre o advogado que defendeu a Câmara Municipal no processo da EN 222-1, só no Tribunal Administrativo de Penafiel perdeu 50 horas. Portanto, disse, nunca se pode comparar o trabalho de um advogado em termos de horas, só se pode fazer mediante a apresentação do relatório, conforme fez o Dr. Ângelo Campelo de Sousa. ***

Em relação à EN 222-1, no lugar da Devesa, não tem nada a ver com a qualidade da estrada. Disse que aquela estrada foi desclassificada, e que é bom que se saiba que no Plano Rodoviário Nacional, quando desclassificaram esta estrada, estava projectada, e está o projecto pronto e aprovado em reunião de Câmara, da rotunda do Castelo até à Variante em Felgueiras, na zona industrial. Se tudo isso andasse em paralelo, hoje essa estrada tinha menos movimento. ***

Referiu que fez os 9 km que vão da Cruz da Agra até à sede do concelho, que tem muito menos trânsito do que tinha antes, porque a maior parte do trânsito já vem pela variante. Se a Variante Externa de Carreiros, que foi um compromisso assumido aquando da queda da ponte Hintze Ribeiro, fizeram o projecto, a sinalética foi aprovada em reunião de Câmara no mandato anterior, já estivesse concretizada, esta estrada tinha hoje muito menos trânsito. ***

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente da palavra para pedir ao Vereador Paulo Teixeira que, relativamente ao projecto de

Lavagueiras à Corga do Lobão, o trouxesse porque, em nome do interesse do Município, gostaria de ter acesso ao documento. Disse já ter perguntado aos serviços, e na Câmara não existe este projecto, havendo apenas uma rectificação da EN 222-1. ***

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 29 de junho de 2011, cujo saldo totaliza a quantia de 2.455.225,14 euros. ***

2. - ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 12/5, 26/5 E 31/5. APROVAÇÃO.

Presentes as actas das reuniões em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar as actas das reuniões de 12/5 e de 26/5, e por maioria, aprovar a acta de 31/05, com os votos contra dos Vereadores Paulo Teixeira e Vanessa Pereira. ***

3. – HASTA PÚBLICA PARA A CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DE MIDÕES. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

Presente informação sobre a hasta pública em título, do seguinte teor: “Em conformidade com o deliberado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária em 26/05/2011, procedeu o Júri nomeado para o efeito, a hasta pública para arrematação da exploração do bar Midões.” ***

Foi apresentada uma única proposta, pelo “Restaurante Pinhal” de Aurora Teixeira de Jesus Gonçalves, no valor de 30,00€ mensais (ao qual acrescerá o IVA), e que, após análise do júri, que verificou a sua conformidade, foi admitida. ***

Considerando a adjudicação Provisória, remete-se agora ao órgão competente, com vista a decidir aprovação definitiva da proposta para efeitos de cessão de exploração de estabelecimento do bar de Midões.” ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, adjudicar definitivamente a cessão de exploração do bar de Midões, ao Restaurante Pinhal, de Aurora Teixeira de Jesus Gonçalves, pelo valor da sua proposta. ***

4. – DISCUSSÃO DE VÁRIOS ASSUNTOS A REQUERIMENTO DO VEREADOR PAULO TEIXEIRA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à discussão deste ponto, dizendo que o mesmo foi incluído de acordo com a legislação em vigor, e de acordo com o Regimento da Câmara Municipal. No entanto, disse, não se pode estar a alimentar inúmeros pontos na agenda de trabalhos, quando estes podem ser tratados no âmbito do período antes da ordem do dia, ou, através de requerimentos para pedidos de informação. ***

De seguida, deu a palavra ao Vereador Paulo Teixeira.

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que devia haver um lapso, porque na última reunião de Câmara houve assuntos que constam do requerimento que não foram discutidos. Disse esperar que os dossiers relativos a essas questões sejam analisados na reunião. Pediu para, no âmbito deste ponto, serem discutidos os seguintes assuntos: ***

1. Ponto de situação dos penedos de S. Domingos; ***
2. Conselho Municipal de Segurança e Protecção Civil; ***
3. Saneamento em Real; ***
4. Barca de Pedorido; ***
5. Providência cautelar apresentada pelos Feirantes; ***
6. Contactos da ASAE nos últimos três meses – ponto de situação;***
7. Cais do Castelo; ***

Referiu que a partir do momento em que o Sr. Presidente da Câmara incluiu este ponto na ordem de trabalhos, gostava que lhe fosse dada a devida resposta. ***

O Sr. Presidente da Câmara reiterou que o tipo de questões que foram formuladas não justifica serem nomeadas como ponto na agenda de trabalhos, enquadrando-se no período antes da ordem do dia.

Referiu que relativamente aos contactos com a ASAE nos últimos três meses, não responde a essa questão por se tratar de uma instituição de carácter policial, não sabendo até que ponto pode estar a facultar informações de uma instituição desta natureza. ***

Quanto aos restantes assuntos, disse que já foram objecto de esclarecimento por parte da Câmara Municipal. ***

Relativamente aos penedos de S. Domingos, disse que foi feita, com as várias entidades que fazem parte da Comissão Municipal de Segurança e Protecção Civil, a declaração de alerta. ***

Neste momento estão a aguardar que o Governo Civil de Aveiro consiga transitar o saldo que tinha em orçamento em 2010 para 2011, tendo para isso pedido autorização ao Ministério das Finanças. No entanto, disse, o valor que estava inscrito no orçamento de 2010 é manifestamente insuficiente para a natureza dos trabalhos em questão, ou seja, o valor inscrito era de € 200.000,00, e os orçamentos que o executivo municipal pediu a empresas do sector estariam na ordem dos € 300.000,00, o que é um valor expressivo em função das possibilidades da Câmara Municipal. ***

Salientou que tem sido um assunto em que a Câmara Municipal se tem empenhado fortemente junto da tutela, e do Governo Civil, para que se encontre uma solução. No final do ano, o Governo Civil foi impedido de fazer a transferência da verba para a Câmara Municipal por imposição legal. ***

Disse que o executivo fez o trabalho que tinha de ser feito, colocando o assunto sistematicamente às instâncias governamentais. Ainda agora mesmo, referiu, enviou uma comunicação ao Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna, dando conta da situação preocupante dos penedos de S. Domingos, para que transfiram o dinheiro para que a Câmara avance rapidamente com uma intervenção no local. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para, relativamente a este assunto, dizer que a última carta que recebeu do Governo Civil de Aveiro, ainda no tempo do Dr. Custódio Ramos, refere que este assunto tem de ser tomado em mãos pela Autoridade Nacional de Protecção Civil. O Secretário de Estado da altura tentou imputar a

responsabilidade à Câmara Municipal, e ficou assente que era uma responsabilidade nacional. ***

Referiu que não se pode querer que se transfira dinheiro para fazer uma obra cuja dimensão se desconhece, e por isso, na sua opinião, acha que devia ser solicitada uma audiência a quem vai tutelar até porque, agora já não temos Governos Cívicos. Disse que os membros da oposição estão disponíveis para colaborar na resolução deste problema de dimensão nacional. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que também concorda que esta obra deveria ser assumida a nível nacional, o problema é que nada foi feito. Reiterou que a verba inscrita em Orçamento de Estado, de cerca de € 200.000,00, é insuficiente para se resolver o problema. ***

Disse reconhecer que é uma situação de risco para quem neste momento está em funções na Câmara Municipal, no entanto, entre ter alguma coisa e não ter nada, prefere ter alguma coisa. É evidente, referiu, que não vão dispensar o acompanhamento e a responsabilidade da execução da obra por parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil, o que quer é que tudo seja feito de modo a que ali não haja nenhum problema, a bem da população. ***

O Vereador Paulo Teixeira disse ainda que só quando se deu o incêndio na serra de S. Domingos, é que a população e os autarcas se aperceberam do perigo que estava ali. Portanto, só em 2003, é que se detectou essa situação. ***

Por outro lado, continuou, alertou para o facto de ao estarmos a assumir em nome da Câmara Municipal a resolução deste assunto, estamos, em termos de Protecção Civil, a dizer que a responsabilidade é nossa. ***

O Sr. Vice – Presidente da Câmara respondeu que o documento onde foi accionado o estado de alerta responsabiliza o Ministério da Administração Interna, o Governo Civil, a CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a Protecção Civil Nacional e a Protecção Civil Distrital, não a Câmara Municipal. ***

No que concerne ao pedido de esclarecimento relativo ao Conselho Municipal de Segurança e Protecção Civil, o Sr. Presidente da Câmara disse que em 2010 se fizeram duas reuniões. Fez-se uma reunião em 2009, e que durante o mês de Julho se está a preparar a realização de uma nova reunião. ***

Pediu ao Sr. Vice – Presidente da Câmara que abordasse os temas debatidos neste âmbito, referindo no entanto que um dos assuntos abordados teve a ver com os penedos de S. Domingos, e outro teve a ver com a boa intervenção da Câmara na última época de incêndios.

O Sr. Vice – Presidente da Câmara respondeu que em 2010 foram realizadas duas reuniões, uma delas de âmbito geral de segurança do concelho, e a outra, realizada no dia 13 de Dezembro, foi específica para os penedos de S. Domingos. ***

Aquilo que o Sr. Presidente referiu em relação à época de incêndios, disse, teve a ver com o accionamento do Plano de Emergência do concelho, e o acompanhamento dado pela Câmara Municipal aos Bombeiros do concelho, aos Bombeiros fora do concelho, em termos de alimentação e de combustíveis, tendo este trabalho sido reconhecido pelos Bombeiros de Castelo de Paiva. ***

O Vereador Paulo Teixeira pediu que fosse agendada na próxima reunião do Concelho Municipal de Segurança e Protecção Civil, um ponto sobre a segurança rodoviária no troço compreendido entre e Cruz da Carreira e o lugar de Greire, porque as pessoas estão assustadas com a falta de segurança verificada nessa estrada. ***

Em relação ao ponto de situação do Saneamento em Real, o Sr. Presidente da Câmara referiu que também já foram dados bastantes esclarecimentos sobre o assunto. Há uma posição da “SIMDOURO”, que todos conhecem, de não avançar com a construção de uma ETAR em Real, e face ao problema referente ao loteamento do Vale da Mota, a Câmara está a preparar com os serviços uma solução para minimizar os efeitos negativos que já se arrastam há uma série de anos. ***

As soluções propostas, que a seguir se indicam, foram objecto de uma informação por parte dos serviços da Câmara: ***

1. A construção de fossas individuais dentro de cada lote, bem como, poços sumidouros; ***
2. Colocação de duas fossas pré – fabricadas; ***
3. Drenagem separada das redes de saneamento das construções abrangidas pela pelos dois pontos anteriores. ***

Disse que a colocação das fossas seria em terreno junto ao Polidesportivo, e os poços sumidouros seria junto da antiga escola. Está a ser efectuado em estudo para esta solução que será apresentado brevemente. ***

Referiu ainda haver outra possibilidade que passa pela colocação de uma ETAR compacta, de modo a abranger o maior número possível de habitações naquele local, não só da urbanização do Vale da Mota. No entanto, se tal solução fosse mais abrangente teria de ser acautelada uma possível aquisição de terrenos para a sua implantação. ***

Por outro lado, teriam que ser estudados, para além dos custos iniciais, os custos de funcionamento e de manutenção de todo o sistema. ***

Disse que a última solução seria aquela que agradaria muito mais apesar de ter um custo mais significativo, na ordem dos € 25.000,00, e de haver o problema da gestão do equipamento, e os custos associados ao seu funcionamento, que deveriam ser suportados por parte dos privados beneficiados com esta ETAR. ***

O Vereador Paulo Teixeira referiu que levantou esta questão, porque na última, ou penúltima reunião, encontrou um membro da Assembleia Municipal do Partido Socialista que lhe disse que estava preocupado com esta situação. Disse saber que é um problema antigo, que o anterior executivo fez o levantamento casa a casa, e que correria o risco de desabamento de algumas terras dos terrenos na família Quintas junto à estrada. ***

Por outro lado, continuou, foi dito na última reunião que tiveram da Comissão de Acompanhamento do Saneamento, pelos responsáveis das “Adp - Águas Douro & Paiva, S.A.” que a “SIMDOURO” não assumiria fazer qualquer tipo de construção, quer de condutas, quer de alguma ETAR em Real, mas sim, que seria uma outra empresa

que poderia estudar essa possibilidade. E isso seria valido não só para esta situação, como para outras situações no concelho, e noutros concelhos do Vale do Sousa. Como foi uma situação abordada há já alguns meses, não sabe se essa empresa já foi constituída, e como tal gostaria de saber o ponto de situação actual? ***

O Sr. Vice – Presidente da Câmara respondeu que esta situação tem a ver com as “Águas do Noroeste”, nomeadamente, com a água em baixa, e que por sua vez o Município iria exigir também a esta empresa a responsabilidade pelo saneamento. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou se a empresa já estava constituída e se haveria a possibilidade de resolverem o problema?

O Sr. Vice - Presidente da Câmara respondeu que sim, que já estava constituída, e que teriam de aguardar até serem accionistas dessa empresa. ***

De seguida passou-se à discussão do esclarecimento pedido acerca da barca de Pedorido. ***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que a candidatura que foi efectuada no âmbito da Adrimag para se encontrar uma via para a travessia do Douro na zona de Pedorido/Rio Mau, a solução discutida passava por uma parceria com os Bombeiros Voluntários por se enquadrarem com a tipologia de candidaturas que permitiria encontrar essa solução. ***

Disse que foi efectuado o estudo de viabilidade, foi submetida a candidatura, mas entretanto surgiu um problema que inviabilizou essa candidatura tal como ela estava, e que se prendia com facto de para que a mesma chegasse a bom porto, era necessário que os Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva tivessem uma actividade secundária cujo CAE – Código de Actividade Económica, fosse no âmbito do Turismo. Esta situação foi recusada pelos Bombeiros Voluntários, tendo em conta que recearam que a inclusão de uma actividade secundária desse âmbito lhes viesse a retirar benefícios fiscais por força da actividade que exercem. ***

Face ao impasse verificado, disse, a solução a adoptar passa pela apresentação, no âmbito do terceiro aviso do PRODER, de uma can-

didatura que terá de ser sempre efectuada por um privado que tenha um CAE – Código de Actividade Económica, voltado para o Turismo.

O Vereador Paulo Teixeira perguntou se já foram feitos contactos com privados? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que foram feitos contactos informais, nomeadamente, com pessoas ligadas a Pedorido, e com empresas com negócios ligados ao Turismo Fluvial. ***

Relativamente ao pedido de esclarecimento sobre a providência cautelar apresentada pelos Feirantes, o Vereador Paulo Teixeira perguntou qual o ponto de situação deste assunto em termos jurídicos? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que foi negado provimento à providência cautelar instaurada pela Associação de Feiras e Mercados da Região Norte, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel. Contudo, a mesma Associação entrepôs recurso da sentença, e face a essa situação, tem que se aguardar pelo resultado desse recurso, ou, eventualmente, avançar com o procedimento com base no facto de a providência cautelar ter sido negada. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou quais as implicações que esta situação tem para a Câmara Municipal? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que o que se passa em termos de regulamento, e de cobrança de taxa, o que se está a aplicar é que se mantém, em termos de ocupação de terrado, a ocupação que existia. Os lugares são exactamente os mesmos, e os Feirantes têm de pagar mensalmente a taxa pelas feiras que fazem, nos termos do regulamento. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou se a Câmara está a ganhar ou a perder com esta situação? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que não pode dizer se está a perder ou a ganhar, porque isso dependeria sempre da efectiva ocupação dos lugares. Quando foram feitas as inscrições para o sorteio existiram muitas inscrições, no entanto, todas as inscrições poderão não corresponder à ocupação efectiva do lugar. Portanto, disse, não pode dizer se haverá um diferencial entre o que ocorre agora e o que ocorrerá no futuro. ***

Em relação ao pedido de esclarecimento sobre o Cais do Castelo, o Vereador Paulo Teixeira referiu que tinha levantado uma questão na última reunião de Câmara, face à discrepância entre aquilo que é o valor do investimento previsto na candidatura, e o valor que a Secretária de Estado anunciou como concurso público. E uma vez que a Câmara Municipal, na nota de imprensa, apresenta a mesma fotografia do estudo prévio que o anterior executivo tinha em 2009, querem ver o projecto, e quais as fases desse projecto que foram eliminadas para haver essa diferença no orçamento? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que o projecto que foi aprovado no âmbito do PROVER para o Cais do Castelo, cujo valor global é de cerca de € 1.800.000,00, e que efectivamente tem um valor diferente o valor apresentado aquando do estudo prévio, destina-se a ampliar e a remodelar o Cais do Castelo, transformando-o em Cais Turístico.

Compreende o alargamento da frente ribeirinha, a criação de uma plataforma flutuante para ancoradouro de barcos rebelos, e a requalificação das plataformas do ancoradouro de recreio, criação de zona de lazer, parques de estacionamento e acessos à zona de lazer fluvial. Disse que ainda não tem a versão final do projecto, que já foi solicitada ao IPTM, mas que ainda não foi entregue. No entanto, pela troca de impressões que manteve com aquele Instituto, colocava-se uma situação no âmbito do ordenamento do território que poderia inviabilizar a candidatura, e que tinha a ver com o facto de o POACL limitar muito a construção naquela zona. Tudo o que estava pensado em termos de projecto no plano da edificação, nomeadamente a questão do restaurante, não o pode ser tal como estava delineado, terão de ser sempre estruturas consideradas amovíveis, tendo de haver esta reformulação. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para dizer que contrariamente ao que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito no início, este é um ponto importante, porque se está a falar de uma entidade pública que vai fazer uma obra em terreno municipal, e portanto, não pode ser falado no período antes da ordem do dia. Há que aprovar o

projecto, saber qual a parte do município que vai ficar afectada, e como tal, é mais um assunto que tem de vir forçosamente a reunião de Câmara, sob pena de qualquer dia as entidades entrarem por aqui dentro. Obras como esta são importantes para o concelho, continuou, mas aquele património é do Município. ***

Disse ainda que estava prevista a construção de um campo de jogos na praia com uma bancada em madeira, e isso já não vai ser feito, mas está na fotografia do estudo prévio; onde é que vai ficar o parque de estacionamento? ***

O parque de estacionamento inicial ficava onde é hoje o campo de futebol em terra, e agora? ***

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para dizer que a intervenção, em termos de Cais, não incide sobre terreno do Município porque está em zona de cota de cheia e como tal, em zona de terrenos que foram expropriados aquando da construção da barragem. Disse que o Vereador Paulo Teixeira tem razão em relação ao parque de estacionamento e á eventual localização dos equipamentos de apoio, e ai sim, incidem em terrenos do Município. ***

O Vereador Paulo Teixeira respondeu que quem chega ao Cais do Castelo e vira em direcção à marina, quando entrou na Câmara Municipal estava em terra batida. O muro de betão que está entre o Cais e o Cais antigo, foi todo feito pela Câmara Municipal por funcionários do Município, e por isso, houve ali muita intervenção em propriedade que é nossa. A parte expropriada está perfeitamente definida, e a EDP, por mais de uma vez a solicitação da Câmara Municipal, enviou as plantas que mostram que o terreno é do Município. ***

O Vereador José Manuel Carvalho referiu as coisas são ou não são. Realmente os terrenos estão bem delimitados nas cartas que a EDP tem, e algumas delas também já foram solicitadas por este executivo para delimitar onde é que termina a propriedade daquilo que foi expropriado, e onde é que começa a propriedade privada, mas não é o facto de realizar lá obra que determina a propriedade. ***

O Vereador Paulo Teixeira respondeu que se o terreno fosse da EDP, esta também tinha assinado a candidatura. ***

O Vereador José Manuel Carvalho disse que a obra é da iniciativa do IPTM, e que se esta entidade tivesse que dialogar com a EDP, a Câmara não tinha nada a ver com o assunto. A Câmara só intervém nos casos em que a propriedade é do Município. ***

Para concluir, o Vereador Paulo Teixeira referiu que houve dois executivos que ali fizeram obras importantes: um, foi uma candidatura apresentada pelo executivo anterior ao seu, ao INAG, que permitiu fazer o pavilhão que ardeu agora, fazer a vedação e o parque de merendas. A segunda intervenção foi a construção do Cais que permitiu fazer a marina em terreno de propriedade Municipal. ***

5. CENTRO SOCIAL DO COUTO MINEIRO DO PEJÃO. UNIDADE DE MEDICINA CONVENCIONADA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à discussão deste assunto dizendo que o facto de ter trazido este ponto a debate, tem a ver com o facto de a ACES do Vale do Sousa ter assumido que iria arrancar com as obras dentro de pouco tempo, dependendo da mudança da caixa Multibanco daquele local, ficando com o ónus da obra de separar o acesso que é para o serviço público e o acesso que ficará associado à Instituição para o andar superior. ***

De seguida, pediu ao secretário da reunião, Dr. André Pimenta, que desse uma explicação sobre este assunto, o que foi feito. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que tem de saudar qualquer coisa que se traduza em investimento para o concelho de Castelo de Paiva. Por outro lado, saudou também a assinatura deste Protocolo, e disse que há uma deliberação de Câmara, já com o Sr. Presidente da Câmara a Vereador, em que autorizaram a construção de determinadas obras naquele edifício ao Centro Social do Couto Mineiro do Pejão. Essa deliberação ainda se mantém. ***

Referiu ainda que numa reunião, algures, a 26 de Maio de 2010, o Sr. Presidente da Câmara disse, a propósito do Protocolo da “Labmed”, e citou: “...o Protocolo ainda não foi assinado porque está perspectívada uma intervenção naquele espaço pelo Ministério da Saúde. Enquanto essa intervenção não for realizada não há condições para

se assinar o Protocolo, porque não deve haver uma mistura entre aquilo que é público e aquilo que é privado.” ***

Por aquilo que agora diz, continuou, as obras ainda se vão fazer. Está salvaguardada a situação da secretaria que hoje funciona no Centro de Saúde e que vai passar a pertencer ao Centro Social do Couto Mineiro, perguntou? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que neste momento apenas está em causa a autorização da realização das obras com o ónus de separar o acesso que é para o serviço público e o acesso que ficará associado à Instituição. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou então se a ACES não afectar nas obras aquela parte, conforme estava previamente combinado, como é que vai viabilizar a obra em cima? ***

O Sr. Presidente questionou quais eram as obras a que o Vereador Paulo Teixeira se referia? ***

O Vereador Paulo Teixeira respondeu que já disse ao Sr. Presidente da Câmara, que ainda era o Dr. Avelino Alves director do Centro de Saúde, não permitia que os consultórios funcionassem em cima com a mesma entrada em comum. O que está a perguntar, é se esta unidade de saúde convencionada é para funcionar na parte de cima do hospital? Vai ter entrada em comum ou vai ter entrada em separado? E das reuniões que tiveram, disse, a secretaria seria trocada por onde funcionou a enfermaria de retaguarda. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que essa seria uma discussão que teria a posteriori. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou se a secretaria iria fazer parte do projecto da unidade de saúde convencionada? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o espaço agora ocupado pela secretaria não vai ser ocupado pelo Ministério da Saúde. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou pelo projecto que reflecte as obras a efectuar?***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que ainda vai chegar à Câmara Municipal.***

O Vereador Paulo Teixeira disse então que o projecto tem de ser apresentado em sede de reunião de Câmara para ser aprovado.

O Sr. Presidente da Câmara propôs então que o ponto fosse retirado, e posteriormente apresentado novamente para votação quando fosse apresentado o projecto das obras a efectuar.***

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que não vai participar da votação, referindo que acha que já se perdeu tempo demais com esta situação. Está em causa uma Instituição, sendo preciso ter cuidado em não andar a trazer e a retirar este ponto, e como tal, que o mesmo devia ser votado de modo a não se correr o risco de o Protocolo não ser celebrado com a “Labmed”.***

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que em função do que foi suscitado pelo Vereador Paulo Teixeira, se retirava o ponto da agenda de trabalhos.***

O Vereador Paulo Teixeira pediu que ficasse em acta que não tem qualquer dúvida em relação a este Protocolo, e que no dia 25.11.2010, promoveu uma reunião em Castelo de Paiva, a solicitação da “Labmed”, pela direcção do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, porque achou a proposta que lhe foi apresentada importantíssima para a região do Couto Mineiro. ***

Para a reunião de 30.06.2011, o Sr. Presidente da Câmara agendou um ponto que se designava “Centro Social do Couto Mineiro do Pejão – Unidade de Saúde Convencionada”. Disse que começou por referir que se congratulava com esta situação, e que aproveitou para reforçar se era o Protocolo com a “Labmed”.

Neste momento, o Sr. Presidente da Câmara comunica à Vereação que vai retirar o ponto. Disse então que ia fazer o seguinte, conforme sua declaração que a seguir se reproduz: ***

- “A Vereadora Vanessa Pereira não pode participar na votação e ele, Vereador Paulo Teixeira, sai da sala quando o Sr. Presidente da Câmara diz que retira o ponto da agenda de trabalhos. E agora, disse, quer ver se o Sr. Presidente da Câmara retira o ponto!” ***

O Sr. Presidente da Câmara refere então que o ponto já tinha sido retirado da agenda de trabalhos.***

RO. 30 Junho 2011.

O Vereador Paulo Teixeira comunica então que os Vereadores do PSD se retiram da reunião.***

A Vereadora Vanessa Pereira pediu que ficasse em acta que apesar de não poder votar, acha esta situação lamentável e que espera que alguém esteja preparado as consequências que dela advêm. Ninguém se opôs à votação, referiu, o que aconteceu é que o Vereador Paulo Teixeira fez questões referentes a outra matéria.***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que foram abordadas questões de natureza técnica e funcional que nada têm nada a ver com o que se estava a votar, e que apenas complicavam a apreciação e votação do projecto, o que considerou inaceitável.

A Vereadora Vanessa Pereira sugeriu que se colocasse novamente o ponto a votação, e fez um apelo à consciência de cada um para isso mesmo até porque, ainda não se tinha retirado da sala e como tal, ainda havia quórum. ***

O Sr. Presidente da Câmara reiterou a sua posição de retirar o ponto da agenda de trabalhos.***

Na sequência da retirada deste ponto da reunião, os Vereadores Paulo Teixeira e Vanessa Pereira, abandonaram a sala, ficando presentes apenas três elementos.***

Desta forma, não estavam presentes a maioria dos membros que compõem o órgão, verificando-se a falta de quórum.***

O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, designando o dia 14 de Julho para nova reunião, para discussão e votação dos restantes assuntos.***

Sendo treze horas, foi declarada encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a respectiva acta nesta minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.***

E eu,, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. ***

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. ***

E eu, _____, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,
